



Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Referência:
CNCST

Eixo Tecnológico:
Gestão e Negócios

Unidade:
Fatec Itapevi – R-05

Data de implantação
2026 / 1º Semestre

2025

Versão do Template 5.0 - Lançado em 15/07/2025

Recomendamos que este material seja utilizado em seu formato digital, sem a necessidade de impressão.

QUADRO DE ATUALIZAÇÕES

Data de implantação: Unidade - Ano / 1º Sem.

Data	Tipo	Documento de validação instrução, memorando etc	Detalhamento
Ano /Sem.			

Expediente CPS

Presidência

Clóvis Dias

Vice-Presidência

Maycon Geres

Chefia de Gabinete da Presidência

Otávio Moraes

Expediente CGESG

Coordenadoria Geral

Robson dos Santos

Coordenadoria de Gestão

Educacional

Luiz Henrique Biazotto

Coordenadoria

Acadêmico-Pedagógica

André Luiz Braun Galvão

Superintendência

Administrativa

Silvia Pereira Abranches

Divisão de Diretrizes Pedagógicas, Análise e Formulação de Currículos e Cursos

Priscila Praxedes Garcia

Responsáveis pelo documento

Marinês Oliveira Perez

Marcos Antonio Maia Lavio de Oliveira

SÚMARIO

1. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	1
1.1. Currículo escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por competências	1
1.2. Autonomia universitária	7
1.3. Estrutura Organizacional	7
1.4. Metodologia de Ensino-Aprendizagem.....	7
1.5. Avaliação da aprendizagem - Critérios e Procedimentos.....	8
2. DADOS DO CURSO EM GESTÃO PÚBLICA.....	11
2.1. Identificação	11
2.2. Justificativa	111
2.3. Dados Gerais	13
2.4. Objetivo do Curso	14
2.5. Requisitos e Formas de Acesso.....	14
2.6. Prazos mínimo e máximo para integralização	15
2.7. Aproveitamento de Estudos, de Conhecimentos e de Experiências Anteriores	15
2.8. Exames de proficiência	15
2.9. Certificados e diplomas a serem emitidos	15
3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESO.....	16
3.1. Competências profissionais	16
3.2. Competências socioemocionais	17
3.3. Mapeamento de Competências por Componente	17
3.4. Temáticas Transversais.....	19
3.5. Língua Brasileira de Sinais - Libras	19
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	20
4.1. Pressupostos da organização curricular	20
4.2. Matriz curricular do CST Gestão Pública	21
4.3. Tabela de componentes e distribuição da carga horária	22
4.4. Distribuição da carga horária dos componentes complementares	24
5. EMENTÁRIO.....	25
5.1. Primeiro Ano	25
5.1.1. SIGLA - Ética e Gestão de Pessoas no Setor Público.....	25
5.1.2. SIGLA - Administração e Planejamento na Gestão Pública.....	27
5.1.3. SIGLA – Teorias de Políticas Públicas	28
5.1.4. SIGLA – Projeto Integrador em Gestão Pública	29
5.1.5. SIGLA – Empreendedorismo e Inovação.....	30
5.1.6. SIGLA – Sistemas Integrados de Gestão	31
5.1.7. SIGLA – Qualidade em Serviços Públicos.....	32
5.1.8. SIGLA – Matemática e Estatística.....	33
5.1.9. SIGLA – Comunicação e Expressão.....	34
5.1.10. SIGLA – Espanhol.....	35
5.2. Segundo Ano	37
5.2.1. SIGLA – Gestão Governamental, Social e Ambiental.....	37
5.2.2. SIGLA – Gestão de Projetos e Programas no Setor Público.....	38
5.2.3. SIGLA – Licitações, Convênios, Contratos e Técnicas de Negociação.....	39
5.2.4. SIGLA – Projeto Integrador em Gestão Pública II.....	40
5.2.5. SIGLA – Marketing Aplicado ao Setor Público.....	41

5.2.6. SIGLA – Logística e Patrimônio Público.....	42
5.2.7. SIGLA – Direito e Legislação Aplicado à Gestão Pública.....	43
5.2.8. SIGLA – Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública.....	44
5.2.9. SIGLA – Matemática Financeira.....	45
5.2.10. SIGLA – Inglês	46
6. OUTROS COMPONENTES CURRICULARES	48
6.1. Trabalho de Graduação	48
6.2. Estágio Curricular Supervisionado.....	
7. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS	49
8. PERFIS DE QUALIFICAÇÃO	50
8.1. Corpo Docente	50
8.2. Auxiliar Docente e Técnicos-Administrativos.....	50
8.2.1.Relação dos componentes com respectivas áreas.....	50
9. INFRAESTRUTURA PEDAGÓGICA	53
9.1. Resumo da infraestrutura disponível	53
9.2. Laboratórios ou ambientes de aprendizagem associados ao desenvolvimento dos componentes curriculares	53
9.3. Apoio ao Discente.....	54
10. REFERÊNCIAS	55
11. REFERÊNCIAS DAS ESPECIFICIDADES LOCAIS.....	57
12. ANEXOS.....	58

1. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de nº 9394/96, organiza a educação no Brasil em sistemas de ensino, com regime de colaboração entre si, determinando sua abrangência, áreas de atuação e responsabilidades. Estão definidos como sistemas de ensino o da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As instituições de educação superior, mantidas pelo poder público estadual e municipal, estão vinculadas por delegação da União aos Conselhos Estaduais de Educação (BRASIL, 1996). O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps, por ser uma instituição mantida pelo poder público – Governo do Estado de São Paulo, tem os cursos das Fatecs avaliados pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEE-SP.

1.1. Currículo escolar em Educação Profissional e Tecnológica organizado por competências

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um tipo de educação que integra a educação nacional e que, particularmente, visa ao preparo para o trabalho em cargos, funções em empresas ou de modo autônomo, contribuindo para a inserção do cidadão no mundo laboral, uma importante esfera da sociedade.

O currículo em EPT constitui-se no esquema teórico-metodológico, organizado pela categoria “competências”, que orienta e instrumentaliza o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, de acordo com as funções do mundo do trabalho, relacionadas a processos produtivos e gerenciais, bem como a demandas sociopolíticas e culturais. É, etimologicamente e metaforicamente, o “caminho”, ou seja, a trajetória percorrida por educandos e educadores, em um ambiente diverso, multicultural, o qual interfere, determina e é determinado pelas práticas educativas.

No currículo escolar, tem-se a sistematização dos conteúdos educativos planejados para um curso ou componente, que visa à orientação das práticas pedagógicas, de acordo com as filosofias subjacentes a determinadas concepções de ensino, de educação, de história e de cultura, sob a tensão das leis e diretrizes oficiais, com suas rupturas e reconfigurações. No currículo escolar em EPT há o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico ou área de conhecimento.

Em síntese, os conteúdos curriculares são planejados de modo contextualizado a objetivos educacionais específicos sendo um importante aspecto epistemológico que direciona os procedimentos metodológicos de elaboração curricular na Unidade do Ensino Superior de Graduação do Ceeteps.

Para além de uma preocupação documental e legal, a pesquisa curricular deve pautar-se, também, em um trabalho de campo, com a formação de parcerias com o setor produtivo para a elaboração de currículos. Portanto, a Unidade de Ensino não pode distanciar-se do entorno, tanto o mais próximo geograficamente como um entorno lato, da própria sociedade que acolherá o educando e o egresso dos sistemas educacionais.

No caso da EPT, o contato íntimo e constante com o mundo extraescolar é condição essencial para o sucesso do ensino e para a consecução de uma aprendizagem ativa e direcionada.

O currículo da EPT, como percurso, “caminho” ou itinerário formativo para o desenvolvimento de competências e conhecimentos que formam o perfil profissional do tecnólogo, segue fontes diversificadas para sua formulação, tendo como instrumento de referência, descritivo e normalizador o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST (BRASIL, 2016) e a Resolução CNE/ CP de nº01/2021 (BRASIL, 2021), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A interação entre a EPT e o setor produtivo, bem como a “centralidade do trabalho assumido como princípio educativo”, destacam-se como princípios norteadores da construção dos itinerários formativos, conforme as referidas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2021), o que é de suma importância para o planejamento curricular e sua estruturação em Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs):

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica:

- I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- II - respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.
- V - estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- VI - a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazer no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do

- conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;
 - IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;
 - X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;
 - XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;
 - XII - observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;
 - XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;
 - XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;
 - XV - Autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;
 - XVI - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
 - XVII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;
 - XVIII - fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e
 - XIX - promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica,
 - a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.
 - (Brasil, 2021).

A Resolução CNE CP 01/2021 destaca os preceitos para a organização ou proposição do perfil e das competências do nível superior tecnológico, a saber:

- I - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a produção de bens e serviços e a gestão estratégica de processos;
- II - incentivar a produção e a inovação científica e tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

- III - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- IV - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos;
- V - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VI - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular; e
- VII - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.
- (BRASIL, 2021).

A natureza e o diferencial do perfil e das competências do profissional graduado em tecnologia são, também, pautados na Deliberação de nº 70/2021 (CEETEPS, 2021), que “estabelece as diretrizes para os cursos de graduação das Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps”:

- I. A organização curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade.
- II. A organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas e socioemocionais, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.
- III. Quando o perfil profissional de conclusão e a organização curricular incluírem competências profissionais de distintas áreas, o curso deverá ser classificado na área profissional predominante. (CEETEPS, 2021).

No âmbito estadual a Deliberação CEE 207/2022 trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, conforme em seus artigos 1º. E 2º., trata da constituição do sistema de ensino estadual, sendo que na Unidade de Ensino Superior de Graduação com direcionamento com os cursos de educação profissional tecnológica de graduação:

- Art. 1º A Educação Profissional e Tecnológica no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, doravante, regula-se por esta Deliberação CEE 207/2022 e Indicação CEE 215/2022.
- Art. 2º Para efeitos desta Deliberação, integram o Sistema Estadual de Ensino de São Paulo: I - As Instituições que ofertam cursos de Educação Profissional no nível da Educação Básica, mediante cursos de Qualificação Profissional, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de Especialização Profissional Técnica ou, ainda, Cursos de Ensino Médio com opção de itinerário da Formação Técnica e Profissional (art. 36, V, da LDB);
- II - As Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino que ofertam cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação.

Sobre o desenvolvimento de competências que integram o perfil profissional de conclusão articulado com as demandas do mundo do trabalho, os cursos de educação profissional tecnológica de graduação têm como premissa, conforme disposto na Deliberação CEE 207/2022:

- Como os Cursos de Qualificação Profissional com saídas intermediárias dos Cursos Técnicos de Nível Médio ou dos Cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação, devem desenvolver competências profissionais devidamente identificadas no perfil profissional de conclusão, que sejam necessárias ao exercício de uma ocupação reconhecida no mundo do trabalho, devem ser organizados na perspectiva de itinerário formativo profissional e tecnológico, com vista a possibilitar o aproveitamento das competências desenvolvidas para a continuidade de estudos em outros níveis da Educação Profissional e Tecnológica.

Com as modificações sócio-históricas-culturais no território em contextos nacional e internacional, as atividades de ensino devem responder – e corresponder – às inovações, que incluem digitalização dos processos, atividades de pesquisa e aquisição de conhecimentos culturais. Deve incluir também culturas internacionais, de movimentos identitários e de vanguarda, para o desenvolvimento individual e de coletividades em uma sociedade diversa, que se quer cidadã, responsável para com o futuro e com as atuais e vindouras gerações.

O currículo da EPT, assim articulado com o setor produtivo e com outras instâncias da sociedade, adota a centralidade do trabalho como princípio educativo e base para a organização curricular, bem como à adoção da pesquisa como princípio pedagógico e como parte do processo formativo, integra saberes cognitivos e socioemocionais na produção do conhecimento e da tecnologia, visando à construção de competências profissionais que promovam impacto social e o desenvolvimento do mundo do trabalho" (BRASIL, 2021).

A formulação curricular na EPT, planejada por "competências" e diante dos principais princípios norteadores supramencionados, apresenta maior potencialidade para atualização contínua, configurando-se em instrumento dinâmico e moderno que acompanha, necessariamente, as configurações e reconfigurações científicas, tecnológicas, históricas e culturais.

A EPT do CEETEPS, dessa forma, assume o compromisso de atender a uma educação preocupada com a inserção laboral dos estudantes em processo de ensino aprendizagem mais efetivo e que otimize a inserção ou a qualificação profissional em um contexto de mudanças, de mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para o uso ou a criação de novas tecnologias, em diferentes contextos e áreas de diversas origens, fontes e objetivos. Assim, estes pressupostos convergem para os princípios do pluralismo e da integração na laborabilidade, em uma sociedade marcada por traços cada vez mais fortes de hibridismo, de interdisciplinaridade e de multiculturalidade.

Ressalta-se a necessidade da extensão dos conhecimentos apreendidos para além do universo acadêmico, ou seja, a transposição desse conjunto de valores, competências e habilidades para contextos reais de trabalho, que demandam a apropriação e a articulação dos saberes, das técnicas e das tecnologias para a solução de problemas e proposição de novas questões. A formação para a melhoria de produtos, processos e serviços integra o perfil do graduado em tecnologia.

Nesse cenário, a EPT, acompanhando tendências educacionais e do setor produtivo, sofreu uma profunda mudança de paradigma, de um ensino primordialmente organizado por conteúdo para um ensino voltado ao desenvolvimento de competências, ou seja, que visa mobilizar os conhecimentos e as habilidades práticas para a solução de problemas sociais e profissionais, indo ao encontro das perspectivas de mobilidade social e laboral, que são previstos e favorecidos por uma sociedade mais digitalizada e que trabalha em rede, de modo colaborativo, intercultural e internacionalizado.

Com o ensino por competências, o foco deve estar no alcance de objetivos educacionais bem definidos nos planos curriculares, aliando-se os interesses dos alunos, aos conhecimentos (temas relativos à vida contemporânea e, também, ao cânone cultural de cada sociedade), às habilidades e aos interesses individuais, incluindo as inclinações técnicas, tecnológicas e científicas. Com um currículo organizado para o desenvolvimento de competências, é possível desenvolver e avaliar conhecimentos, habilidades e experiências intra e extraescolares, bem como manter a dinamicidade e a atualidade das propostas pedagógicas.

No âmbito institucional do Centro Paula Souza, há o claro direcionamento para a elaboração, o desenvolvimento e a gestão curricular por competências, habilidades e aptidões, incluindo o desenvolvimento de práticas na realidade do setor produtivo (empresas e instituições), preferencialmente de modo colaborativo e contínuo.

Ainda como parte do processo formativo dos alunos, tem-se a curricularização da extensão conforme a Deliberação CEE 216/2023 que regulamenta a Resolução CNE/CES 07/2018. Com isso, a curricularização da extensão na educação profissional é um processo que visa integrar as atividades de extensão aos currículos dos cursos superiores de tecnologia, de forma a promover uma formação mais ampla e articulada com as demandas sociais e produtivas. A extensão é entendida como uma prática educativa que possibilita a interação entre a escola e a comunidade, por meio de projetos, programas, cursos, eventos e serviços que contribuem para o desenvolvimento local e regional. A curricularização da extensão na educação profissional tem como objetivos:

- Ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, articulando os conhecimentos teóricos e práticos com as realidades sociais e profissionais;
- Estimular a participação dos estudantes em ações de responsabilidade social, cidadania, cultura, ciência, tecnologia e inovação;
- Fortalecer a relação entre a escola e os diversos segmentos da sociedade, promovendo o diálogo, a cooperação e a troca de saberes;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da gestão educacional, por meio da avaliação e do acompanhamento das atividades de extensão;
- Fomentar a produção e a disseminação do conhecimento, bem como a sua aplicação em benefício da sociedade.

Assim, a EPT realiza a Extensão como uma atividade que se articula com o currículo e a pesquisa, formando um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que estimula a interação transformadora entre as

instituições de ensino superior e os demais segmentos da sociedade, por meio da criação e da aplicação do conhecimento, em diálogo permanente com o ensino e a pesquisa.

1.2. Autonomia universitária

A LDB de nº 9394 (BRASIL, 1996) determina, no § 2º do art. 54, que “atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo poder público”. Autonomia é sinônimo de maturidade acadêmica e de competência. Por ter alcançado essas premissas, a partir de março de 2011, pela Deliberação CEE de nº 106 (SÃO PAULO, 2011), o CEE-SP delegou as seguintes prerrogativas de autonomia universitária ao Ceeteps:

- Criar, modificar e extinguir, no âmbito do estado de São Paulo, faculdades e cursos de tecnologia, de especialização e de extensão na sua área de atuação, assim como de outros programas de interesse do governo do estado;
- Aumentar ou diminuir o número de vagas de seus cursos, assim como transferi-las de um período para outro;
- Elaborar os programas dos cursos;
- Dar início ao funcionamento dos cursos;
- Expedir e registrar seus próprios diplomas.

1.3. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Fatec segundo o Regimento das Faculdades de Tecnologia, aprovado na Deliberação de nº 31 (CEETEPS, 2016), é apresentada em resumo conforme abaixo:

- I. Congregação;
- II. Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE (facultativo);
- III. Diretoria;
- IV. Departamentos ou Coordenadorias de Cursos;
- V. Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs;
- VI. Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- VII. Auxiliares Docentes;
- VIII. Corpo Administrativo.

1.4. Metodologia de Ensino-Aprendizagem

As metodologias de ensino e avaliação discente adotadas nos Cursos Superiores de Tecnologia do Centro Paula Souza foram concebidas para proporcionar formação coerente com o perfil do egresso postulado no Projeto Pedagógico do Curso. O ensino é pautado pela articulação entre teoria e prática dos componentes curriculares, com a aplicação de suas tecnologias na formação profissional e na formação complementar, na qual a execução de procedimentos discutidos nas aulas consolida o aprendizado e confere ao discente a destreza prática requerida ao exercício da profissão.

Assim, o ensino é pensado e executado de modo a contextualizar o aprendizado, formando um egresso com postura crítica nas questões locais, nacionais e mundiais, com capacidade de inferir no desenvolvimento tecnológico da profissão, em constante mudança. O constructo da formação do discente está fundamentado na tríade ensino, pesquisa e extensão. As atividades de pesquisa são estimuladas durante o processo de ensino, despertando nos discentes o interesse em participar de ações de iniciação científica, o que permite uma maior reflexão e associação de suas investigações com os conteúdos curriculares trabalhados em aula.

Em resumo, o curso estimula a formação e a construção do espírito científico, são utilizadas metodologias e estratégias de ensino como a abordagem por problema e por projetos, e outras que o docente julgue estar condizente com o PPC, tais como:

- Metodologias ativas, como sala de aula invertida, estudo de caso, rotação por estações, desafios, entre outras;
- Aulas expositivas e dialogadas, contemplando ou não atividades;
- Aulas práticas em laboratórios para sedimentação da teoria;
- Pesquisas científicas desenvolvidas com possível apresentação em evento científico;
- Integração entre componentes.

Como suporte ao seu aprendizado, o discente conta ainda com outro recurso, as monitorias, período destinado a estudo livre, que corroboram para implementação das diferentes metodologias adotadas no curso.

1.5. Avaliação da aprendizagem - Critérios e Procedimentos

A avaliação da aprendizagem, no contexto da EPT, é direcionada para a avaliação de competências profissionais. Dessa maneira, a avaliação pode ser entendida como o processo que aprecia e mensura o aprendizado e a capacidade de agir de modo eficaz em contextos profissionais ou em simulações, com a atribuição de conceito (menção, nota numérica), que represente, a partir da aplicação de critérios e de uma escala avaliativa predefinida, o grau de satisfatoriedade e insatisfatoriedade, destaque ou excelência do desenvolvimento de competências.

Já a avaliação de competências, é efetuada por meio de procedimentos de avaliação, conjunto de ações de planejamento e desenvolvimento de avaliação formativa e respectivos instrumentos e ferramentas, projetados pelo(a) professor(a). Dentre muitas possibilidades, destaca-se, como procedimento de avaliação cabível no contexto da EPT: o planejamento, a formatação e a proposição, em equipes, de projeto formativo aos alunos, que vise desenvolver protótipo de produto e respectiva apresentação, de forma interdisciplinar, preferencialmente.

Vale lembrar que toda avaliação requer critérios, que, por um consenso de teorias e práticas educacionais, são concebidos como “critérios de desempenho” no ensino por competências, ou seja: “juízos de valor”; condições e níveis de aceitabilidade/não aceitabilidade, adequação, satisfatoriedade ou excelência; julgamento de eficiência e

eficácia, norma ou padrão de avaliação utilizados pelo(a) professor(a) ou por outros avaliadores.

A avaliação escrita, demonstração prática ou projeto e a respectiva documentação atendem, de forma satisfatória/com excelência, aos objetivos da avaliação formativa em termos de:

- Coerência/coesão;
- Relacionamento de ideias;
- Relacionamento de conceitos;
- Pertinência das informações;
- Argumentação consistente;
- Interlocução – ouvir e ser ouvido;
- Interatividade, cooperação e colaboração;
- Objetividade;
- Organização;
- Atendimento às normas;
- Cumprimento das tarefas individuais;
- Pontualidade e cumprimento de prazos;
- Postura adequada, ética e cidadã;
- Criatividade na resolução de problemas;
- Execução do produto;
- Clareza na expressão oral e escrita;
- Adequação ao público-alvo;
- Comunicabilidade;
- Capacidade de compreensão.

A avaliação de competências é pautada, intrinsecamente, nas evidências de desempenho, que consiste na demonstração de ações executadas pelos alunos e na avaliação de qualidade e adequação dessas ações em relação às propostas avaliativas. As competências, como capacidades a serem demonstradas e mensuradas, podem ser avaliadas a partir de uma extensa gama de evidências de desempenho. Apresentam-se algumas possibilidades:

- Realização de pesquisa de mercado contextualizada à proposta avaliativa;
- Troca de informações e colaboração com membros da equipe, superiores e possíveis clientes;
- Pesquisa atualizada e relevante sobre bibliografias, experiências próprias e de outros, conceitos, técnicas, tecnologias e ferramentas;
- Execução de ensaios e testes apropriados e contextualizados;
- Contato documentado com parceiros, interessados e apoiadores em potencial;
- Apresentação clara de lista de objetivos, justificativa e resultados;
- Apresentação de sínteses, análises e avaliações claras e pertinentes ao planejamento e à execução do projeto.

Como prova ou produto entregável, avaliável e dimensionável do desenvolvimento de competências, são necessárias as evidências de produto, ou seja, o conjunto de entregas avaliáveis: resultados das atividades práticas ou teórico-conceituais dos alunos. São possibilidades de evidência de produtos:

- Avaliação escrita sobre conceitos, práticas e pesquisas abordados;
- Plano de ações;
- Monografia;

- Protótipo com manual técnico;
- Maquete com memorial descritivo;
- Artigo científico;
- Projeto de pesquisa/produto;
- Relatório técnico – podendo ser composto, complementarmente, por novas técnicas e procedimentos; preparações de pratos e alimentos; modelos de cardápios – ficha técnica de alimentos e bebidas; softwares e aplicativos de registros/licenças;
- Áreas de cultivo vegetal e produção animal e plano de agronegócio;
- Áudios, vídeos e multimídia;
- Sínteses e resenhas de textos;
- Sínteses e resenhas de conteúdos de mídias diversas;
- Apresentações musicais, de dança e teatrais;
- Exposições fotográficas;
- Memorial fotográfico;
- Desfiles ou exposições de roupas, calçados e acessórios;
- Modelo de manuais;
- Parecer técnico;
- Esquemas e diagramas;
- Diagramação gráfica;
- Projeto técnico com memorial descritivo;
- Portfólio;
- Modelagem de negócios;
- Plano de negócios.

Para o ensino e avaliação de competências em EPT de nível superior, os preceitos de interdisciplinaridade têm muito a contribuir, considerando-se as prerrogativas de um ensino-aprendizagem voltado à solução de problemas, de modo coletivo, colaborativo e comunicativo, com aproveitamento de conhecimentos, métodos e técnicas de vários componentes curriculares e respectivos campos científicos e tecnológicos.

Sob essa perspectiva, a interdisciplinaridade pode ser considerada uma concepção e metodologia de cognição, ensino e aprendizagem, que prevê a interação colaborativa de dois ou mais componentes para a solução e proposição de questões e projetos relacionados a um tema, objetivo ou problema. Desse modo, a valorização e a aplicação contextualizada dos diversos saberes e métodos disciplinares, sem a anulação do repertório histórico produzido e amparado pela tradição, contribuem para a prospecção de novas abordagens e, com elas, um projeto lato sensu de pesquisa contínua de produção e propagação de conhecimentos.

2. DADOS DO CURSO EM GESTÃO PÚBLICA

2.1. Identificação

O CST em Gestão Pública é um curso do CNCST, no Eixo Tecnológico em Gestão e Negócios.

2.2. Justificativa

O CST em Gestão Pública, está incluído no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, é um curso regular no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios.

Questões ambientais e mercadológicas

Itapevi - SP é um município de grande relevância na região que se destaca pelo elevado potencial de consumo. O desempenho econômico e o pequeno número de novas oportunidades claras de negócios são os pontos de atenção. Indicadores socioeconômicos da cidade e região.

Indicadores socioeconômicos da cidade e região

A cidade Itapevi - SP é um município de grande relevância na região que se destaca pelo elevado potencial de consumo. O desempenho econômico e o pequeno número de novas oportunidades claras de negócios são os pontos de atenção.

Características ambientais e sociais

Considerado uma capital sub-regional de alta influência na região, o município de Itapevi fica perto da cidade de São Paulo, São Paulo. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes pelos serviços de saúde básica.

Itapevi é o 16º município mais populoso da pequena região de São Paulo, com 232,5 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 12,6 bilhões de reais, sendo que 65,9% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (25,2%), da administração pública (8,9%) e da agropecuária (0%).

Com esta estrutura, o PIB per capita de Itapevi é de R\$ 52,2 mil, valor superior à média do estado (R\$ 51,4 mil), mas inferior à grande região de São Paulo (R\$ 54,9 mil) e à pequena região de São Paulo (R\$ 56,6 mil).

Descrição do contexto educacional público e privado da região de abrangência da Unidade de oferta do curso

O município possui 36,5 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de alimentador de linha de produção (2480), seguido de armazenista (1840) e de assistente administrativo (1464). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 3,4 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 3,7 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Itapevi pode ser considerada alta e é relativamente superior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 42,7% do total de remunerações da cidade, enquanto as classes mais altas representam 17,1%. Destaca-se que a composição de renda das classes mais baixas da cidade têm uma concentração 5,7 pontos percentuais maior que a média estadual, já as faixas de alta renda possuem participação 8,1 pontos abaixo da média.

Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: administração pública em geral (4527), transporte intermunicipal de carga (2713) e fabricação de medicamentos alopáticos (2633). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates e fabricação de medicamentos alopáticos.

Público-alvo

Estudantes e/ou profissionais que já concluíram o ensino médio que já atuam ou desejam atuar na compreensão da gestão pública, necessária ao atendimento das demandas da sociedade; servidores públicos das esferas federal, estadual, municipal e comunidade em geral.

2.3. Dados Gerais

Modalidade	Presencial
Referência	Do CNCST
Eixo tecnológico	Gestão e Negócios
Carga horária total	<p>Matriz Curricular (MC): 1.560 horas correspondendo a uma carga de 1.920 aulas de 45 minutos cada Aulas on-line assíncronas (Percentual permitido na legislação em vigor): 320 horas</p> <p>Componentes Complementares:</p> <p>Trabalho de Graduação 160 horas – Obrigatório no 2º ano</p>
Duração da hora/aula	45 minutos
Período letivo	Anual, mínimo de 200 dias letivos
Vagas e turnos	40 vagas totais anual
	Período: noturno
Prazo de integralização	Mínimo de 02 anos Máximo de 03 anos
Formas de acesso (de acordo com o Regulamento de Graduação)	I - Processo seletivo vestibular: preenchimento de vagas do primeiro ano do curso. II - Vagas remanescentes: edital para seleção ao longo do curso.

2.4. Objetivo do Curso

2.4.1 Objetivo geral do curso

Preparar profissionais para atuarem em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal, no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, utilizando conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, para otimizar a capacidade de governo. Podem, também, atuar junto a entidades não governamentais, em projetos que visem o bem público.

2.4.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do CST em Gestão Pública são:

- Atualizar conceitos, fundamentos e ferramentas da gestão pública para se promover uma análise detalhada da nova maneira de gerir os órgãos do Estado;
- Capacitar quadros de servidores para atuarem na administração de sistemas públicos;
- Qualificar os servidores para o exercício de funções gerenciais;
- Formar profissionais para intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o servidor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa.

2.5. Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso do aluno se dá pela classificação em processo seletivo vestibular, realizado em uma única fase, com provas dos componentes do núcleo comum do Ensino Médio ou equivalente, em forma de testes objetivos e redação.

Outra forma de acesso é o preenchimento de vagas remanescentes. O ingresso se dá por processo seletivo classificatório por meio de edital (com número de vagas), seguido pela análise da compatibilidade curricular. Podem participar portadores de diploma de Ensino Superior e os discentes de qualquer Instituição de Ensino Superior (transferência de curso).

2.6. Prazos mínimo e máximo para integralização

Para fins de integralização curricular, de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação, publicado na Deliberação de nº 12 (CEETEPS, 2009), todos os cursos anuais oferecidos pelas Fatecs terão um prazo mínimo e máximo, conforme disposto no regulamento das Fatecs.

2.7. Aproveitamento de Estudos, de Conhecimentos e de Experiências Anteriores

Poderá ser promovido o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica e tecnológica, de acordo com a legislação vigente.

O aproveitamento de competências segue o previsto na LDB de nº 9394 (BRASIL, 1996), que estabelece que o conhecimento adquirido na EPT, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. A Resolução CNE/CP de nº 1 (BRASIL, 2021) e os art. 9 e art. 11 da Deliberação de nº 70 (CEETEPS, 2021), facultam ao aluno o reconhecimento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas, para fins de prosseguimento ou de conclusão dos estudos.

O aproveitamento de estudos, decorrente da equivalência entre disciplinas cursadas em Instituição de Ensino Superior credenciada na forma da lei, e os exames de proficiência seguem o previsto no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Fatecs.

2.8. Exames de proficiência

A pedido da Coordenadoria de Curso, a Unidade de Ensino poderá aplicar Exame de Proficiência destinado a verificar se o aluno já possui os conhecimentos que permitem dispensá-lo de cursar disciplinas obrigatórias ou optativas do currículo de seu curso de graduação, de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Fatecs.

2.9. Certificados e diplomas a serem emitidos

Ao concluir o curso, o aluno terá direito ao diploma de Tecnólogo em Gestão Pública.

3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESO

O egresso do CST em Gestão Pública diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão e avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

Para que o egresso alcance o perfil citado, o CST em Gestão Pública desenvolve em seus componentes temáticas transversais, competências profissionais e socioemocionais.

3.1. Competências profissionais

No CST em Gestão Pública serão desenvolvidas as seguintes competências profissionais:

- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.
- Planejar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Implantar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Supervisionar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Propor inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública.
- Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional.
- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão.
- Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Negociar e gerenciar contratos, convênios e acordos de cooperação.
- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Planejar orçamentos e analisar viabilidade financeira no setor público.
- Administrar materiais e inventários.
- Demonstrar visão organizacional no âmbito público, além de características de liderança, decisão, versatilidade e comprometimento no trabalho em equipe.
- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

3.2. Competências socioemocionais

Nos Cursos Superiores de Tecnologia, preconiza-se o desenvolvimento das seguintes competências socioemocionais, que podem ser desenvolvidas transversalmente em todos os componentes, em todos os semestres:

- Demostrar capacidade de resolver problemas complexos e propor soluções criativas e inovadoras;
- Desenvolver a visão sistêmica, identificando soluções, respeitando aspectos culturais, éticos, ambientais e sociais no âmbito local, regional e internacional;
- Evidenciar o uso de pensamento crítico em situações adversas;
- Empreender ações inovadoras, analisando criticamente a organização, antecipando e promovendo transformações;
- Administrar conflitos, quando necessário, estabelecer relações e propor um ambiente colaborativo, incentivando o trabalho em equipe;
- Atuar de forma autônoma na realização de atividades profissionais e na execução de projetos;
- Elaborar, gerenciar e apoiar projetos, identificando oportunidades e avaliando os riscos inerentes;
- Comunicar-se tanto na língua materna como em língua estrangeira.

3.3. Mapeamento de Competências por Componente

É importante considerar que para desenvolver o perfil do Tecnólogo formado pelas Fatecs além das competências profissionais, esse profissional deve destacar-se por abranger temas relacionados à sustentabilidade e ao atendimento a demandas sociais, históricas, culturais, interculturais, bem como conscientização e ações de preservação e educação ambiental, de respeito a relações étnico-raciais e de inclusão. Com isso, as competências socioemocionais são muito representativas no rol de competências requeridas para o profissional e ser humano do século XXI - são fundamentais para as novas realidades da empregabilidade, para a formação ao longo da vida e para a adaptação às transformações aceleradas, que são vividas na organização do trabalho.

Os componentes curriculares do CST em Gestão Pública abordam as seguintes competências e temáticas:

Competência profissional ou socioemocional	Componente(s)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública. ▪ Propor inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. ▪ Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Negociar e gerenciar contratos, convênios e acordos de cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética e Gestão de Pessoas no Setor Público

Competência profissional ou socioemocional	Componente(s)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens. ▪ Demonstrar visão organizacional no âmbito público, além de características de liderança, decisão, versatilidade e comprometimento no trabalho em equipe. ▪ Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empreendedorismo e Inovação ▪ Licitações, Convênios, Contratos e Técnicas de Negociação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão. ▪ Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública. ▪ Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação. ▪ Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens. ▪ Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração e Planejamento na Gestão Pública ▪ Gestão Governamental, Social e Ambiental ▪ Qualidade em Serviços Públicos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teorias de Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Propor inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistemas Integrados de Gestão
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrar materiais e inventários. ▪ Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação. ▪ Planejar orçamentos e analisar viabilidade financeira no setor público. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matemática e Estatística ▪ Matemática Financeira ▪ Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação e Expressão ▪ Espanhol ▪ Inglês
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional. ▪ Implantar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional. ▪ Supervisionar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional. ▪ Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de Projetos e Programas no Setor Público ▪ Projeto Integrador em Gestão Pública I ▪ Projeto Integrador em Gestão Pública II
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública. ▪ Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Marketing Aplicado ao Setor Público

Competência profissional ou socioemocional	Componente(s)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão. ▪ Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação. ▪ Administrar materiais e inventários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Logística e Patrimônio Público
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública. ▪ Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação. ▪ Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública. ▪ Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direito e Legislação Aplicado à Gestão Pública

3.4. Temáticas Transversais

Em consonância com a Lei de nº 9795 (BRASIL, 1999) e com o Decreto de nº 4281 (BRASIL, 2002), que tratam da necessidade de discussão, pelos cursos de graduação, de Políticas de Educação Ambiental, e com a Resolução CNE/CP de nº 1 (BRASIL, 2004), que trata da necessidade da inclusão e discussão da educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a gestão da diversidade e políticas de inclusão e outras temáticas que promovam a reflexão do profissional. Tais temáticas podem ser trabalhadas em forma de eventos e palestras. Evidencia-se, assim, a intenção de trazer ao egresso um olhar holístico sobre a comunidade escolar e a sociedade na qual ela está inserida.

3.5. Língua Brasileira de Sinais - Libras

Em consonância com a Lei nº 10436 (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e versa sobre a necessidade de inclusão de Libras no currículo, há a oferta de Libras, de forma optativa, para os discentes dos Cursos Superiores de Tecnologia do Ceeteps.

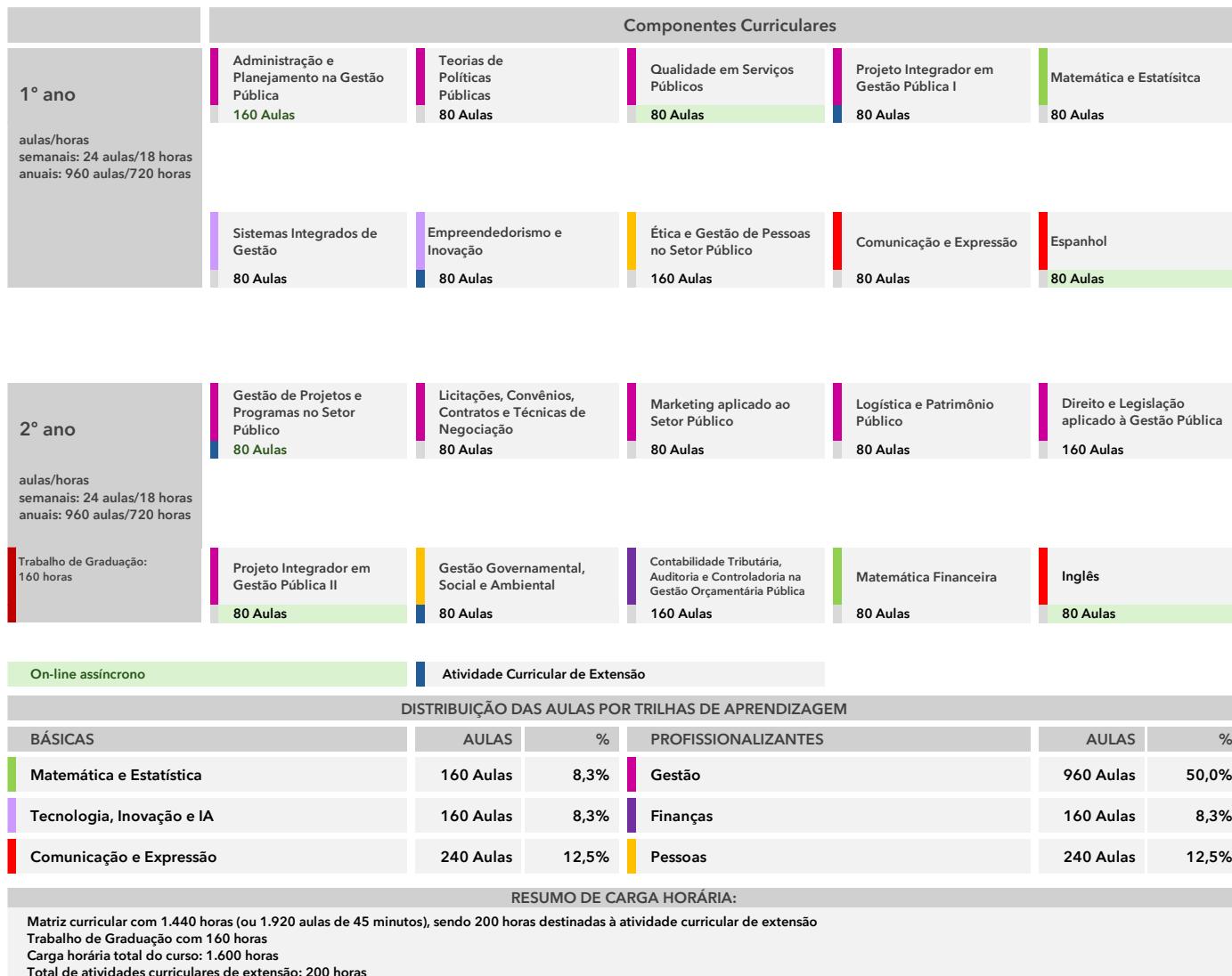
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1. Pressupostos da organização curricular

A composição curricular do curso está regulamentada de acordo com a Resolução CNE/CP de nº 01(BRASIL, 2021), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, com a Deliberação CEE 207/2022 que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Tecnológica no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e com a Deliberação de nº 70 (CEETEPS, 2021), que estabelece as diretrizes para os cursos de graduação das Fatecs. Além disso, atende conforme o disposto na Resolução CNE 07/2018 e Deliberação CEE 216/2023 que trata da curricularização da extensão, com a oferta de 10% da carga horária total do curso.

O CST em Gestão Pública classificado no Eixo Tecnológico em Gestão e Negócios propõe uma carga horária total de 1.560 horas, destinada aos componentes curriculares (1.920 aulas de 45 minutos), acrescida de Trabalho de Graduação - 160 horas, perfazendo um total de 1.720 horas, contemplando, assim, o disposto na legislação e às diretrizes internas do Centro Paula Souza.

4.2. Matriz curricular do CST em Gestão Pública



4.3. Tabela de componentes e distribuição da carga horária

Tabela de componentes e distribuição da carga horária

1º Ano								
Nº	Sigla	Componente	Quantidade de aulas anuais					
			Presencial		On-line		Total	Atividade Curricular de Extensão
			Sala	Lab.	Sala	Lab.		
1	SIGLA	Ética e Gestão de Pessoas no Setor Público	160	-	-	-	160	-
2	SIGLA	Administração e Planejamento na Gestão Pública	80	80	-	-	160	-
3	SIGLA	Teorias de Políticas Públicas	80	-	-	-	80	-
4	SIGLA	Projeto Integrador em Gestão Pública I	80	-	-	-	80	60
5	SIGLA	Empreendedorismo e Inovação	80	-	-	-	80	60
6	SIGLA	Sistemas Integrados de Gestão	80	-	-	-	80	-
7	SIGLA	Qualidade em Serviços Públicos	-	-	80	-	80	-
8	SIGLA	Matemática e Estatística	80	-	-	-	80	-
9	SIGLA	Comunicação e Expressão	80	-	-	-	80	-
10	SIGLA	Espanhol	-	-	-	80	80	-
Total de aulas do semestre			720	80	80	80	960	120
				Oferta Presencial	Oferta On-line			

2º Ano								
Nº	Sigla	Componente	Quantidade de aulas anuais					
			Presencial		On-line		Total	
			Sala	Lab.	Sala	Lab.		
1	SIGLA	Gestão Governamental, Social e Ambiental	80	-	-	-	80	60
2	SIGLA	Gestão de Projetos e Programas no Setor Público	80	-	-	-	80	60
3	SIGLA	Licitações, Convênios, Contratos e Técnicas de Negociação	80	-	-	-	80	-
4	SIGLA	Projeto Integrador em Gestão Pública II	-	-	-	80	80	-
5	SIGLA	Marketing Aplicado ao Setor Público	40	40	-	-	80	-
6	SIGLA	Logística e Patrimônio Público	80	-	-	-	80	-
7	SIGLA	Direito e Legislação Aplicado à Gestão Pública	160	-	-	-	160	-
8	SIGLA	Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública	80	80	-	-	160	
9	SIGLA	Matemática Financeira	40	40	-	-	80	
10	SIGLA	Inglês	-	-	-	80	80	-
Total de aulas do semestre			640	160	-	160	960	120
			Oferta Presencial				Oferta On-line	

	Presenciais		On-line		Total	Atividade Curricular de Extensão
	Sala	Lab.	Sala	Lab.		
Total de AULAS do curso	1360	240	80	240	1920	266
Total de HORAS do curso	1133	200	67	200	1440	200

4.4. Distribuição da carga horária dos componentes complementares

No CST em Gestão Pública há previsão de componentes complementares.

Sigla	Aplicável ao CST	Componente Complementar	Total de horas	Obrigatoriedade
XXXX	X	Trabalho de Graduação	160 horas	No 2º Ano

5. EMENTÁRIO

5.1. Primeiro Ano

1º ANO								
Nº	Sigla	Componente	Quantidade de aulas anuais					
			Presencial		On-line		Total	Atividade Curricular de Extensão
			Sala	Lab.	Sala	Lab.		
1	SIGLA	Ética e Gestão de Pessoas no Setor Público	160	-	-	-	160	-
2	SIGLA	Administração e Planejamento na Gestão Pública	80	80	-	-	160	-
3	SIGLA	Teorias de Políticas Públicas	80	-	-	-	80	-
4	SIGLA	Projeto Integrador em Gestão Pública I	80	-	-	-	80	60
5	SIGLA	Empreendedorismo e Inovação	80	-	-	-	80	60
6	SIGLA	Sistemas Integrados de Gestão	80	-	-	-	80	-
7	SIGLA	Qualidade em Serviços Públicos	-	-	80	-	80	-
8	SIGLA	Matemática e Estatística	80	-	-	-	80	-
9	SIGLA	Comunicação e Expressão	80	-	-	-	80	-
10	SIGLA	Espanhol	-	-	-	80	80	-
Total de aulas do semestre			720	80	80	80	960	120

■ Oferta Presencial ■ Oferta On-line

5.1.1. – SIGLA – Ética e Gestão de Pessoas no Setor Público – Oferta Presencial – Total de 160 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Negociar e gerenciar contratos, convênios e acordos de cooperação.
- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Demonstrar visão organizacional no âmbito público, além de características de liderança, decisão, versatilidade e comprometimento no trabalho em equipe.

- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos da ética na administração pública e sua interface com os processos de gestão de pessoas, promovendo práticas profissionais comprometidas com a moralidade, legalidade e o interesse público, dentro das práticas e aspectos de recursos humanos relacionados ao comportamento humano e social no contexto da gestão pública.

Ementa

- Estudo da ética aplicada à administração pública, com foco na conduta profissional e na responsabilidade dos agentes públicos. Análise dos princípios éticos que regem a gestão pública e sua aplicação nas práticas de gestão de pessoas. Fundamentos da gestão de pessoas no setor público: planejamento de pessoal, recrutamento, seleção, desenvolvimento, avaliação de desempenho, motivação e liderança. Legislação correlata, direitos e deveres dos servidores públicos. Promoção de um ambiente organizacional ético, inclusivo, transparente e comprometido com o interesse público. Reflexões sobre dilemas éticos, assédio moral, accountability e cultura organizacional. A evolução histórica da gestão de pessoas. Subsistemas de RH no contexto da gestão pública: provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração. O servidor público. Diferenças entre estatutários e celetistas na administração pública. Direitos e deveres dos servidores públicos. Exoneração e demissão, sindicâncias, processos administrativos e penalidades. Gestão por competências. O indivíduo e o grupo. Trabalho em equipe. Liderança. Processos motivacionais. Gestão de conflitos. Gestão de Mudanças. Cultura e clima organizacionais. Diversidade organizacional. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- RAMOS, Fátima Bayma de Oliveira. Ética no Serviço Público. Brasília: ENAP, 2015.
- DIAS, Reinaldo. Ética e Responsabilidade Social. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

- SÊNECA, Lucius Annaeus. Cartas a Lucílio: Ética para o século XXI. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; ZACCARELLI, Laura Menegon (Orgs.). Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

5.1.2. – SIGLA – Administração e Planejamento na Gestão Pública – Oferta Presencial – Total de 160 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão.
- Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.

Objetivos de Aprendizagem

- Identificar as funções básicas da administração (planejamento, organização, direção, controle) aplicadas ao contexto público e sua distinção em relação à esfera privada. Compreender os modelos administrativos e sua aplicabilidade no setor público, como o modelo burocrático e a Nova Gestão Pública (New Public Management). Capacitar o aluno a compreender, elaborar e aplicar instrumentos de planejamento no setor público, visando à eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública.

Ementa

- Estudo dos fundamentos da administração aplicada ao setor público, analisando sua evolução histórica, modelos clássicos e contemporâneos, funções administrativas, estrutura e processos organizacionais, além dos princípios constitucionais da gestão pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e das diferenças em relação à administração privada. Integração dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso por meio da realização de projetos práticos voltados à realidade da gestão pública. Introdução ao método científico, elaboração de problemas e hipóteses de pesquisa, definição de objetivos e justificativas. Aplicação de conceitos básicos de gestão pública, ética, cidadania, políticas públicas e funcionamento do Estado. Desenvolvimento de habilidades para trabalho em equipe, comunicação escrita e oral, e uso de ferramentas básicas para elaboração de projetos. Estímulo à articulação entre teoria e prática com foco em demandas sociais e administrativas locais. Fundamentos e conceitos de planejamento estratégico, tático e operacional na administração pública. Missão, visão, valores, diagnóstico institucional e análise ambiental (SWOT). Formulação, implementação e monitoramento de planos e metas. Ferramentas de planejamento e gestão por resultados. Alinhamento do planejamento às políticas públicas e ao orçamento público. Indicadores de desempenho e controle gerencial. Participação social e transparência nos processos de planejamento.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários,

exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2018.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2021.
- FILHO, Flávio de São Pedro. Gestão Pública, inovação e tecnologia aplicada. Generis Publishing, 2022. ISBN-13: 979-8886760002.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Guia Referencial para Medição de Desempenho na Administração Pública. Brasília: Ministério do Planejamento, 2009.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão pública: estratégia e estrutura para um novo Estado. São Paulo: Editora 34, 2010.

5.1.3. – SIGLA – Teorias de Políticas Públicas – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos teóricos e conceituais das políticas públicas, identificando e analisando os modelos e teorias que explicam o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Aplicar as teorias estudadas na interpretação de casos reais da gestão pública.

Ementa

- Estudo das principais abordagens teóricas das políticas públicas, com foco nos processos de formulação, implementação e avaliação. Análise dos atores, instituições, arenas e instrumentos que compõem o ciclo das políticas públicas. Exploração de modelos explicativos e metodologias aplicadas à compreensão da ação governamental. Integração entre teoria e prática a partir de estudos de caso.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

- HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise*. Brasília: UNB, 2009.
- DYE, Thomas R. *Modelos de Análise de Políticas Públicas*. São Paulo: Pearson, 2014.

Bibliografia Complementar

- FISCHER, Tânia; MELO, Marcos de Barros Lima. *Políticas Públicas no Brasil: Teoria e Prática*. São Paulo: Saraiva, 2019.
- PETERS, B. Guy. *Políticas Públicas: Teoria e Prática*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

5.1.4. – SIGLA – Projeto Integrador em Gestão Pública I – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Implantar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Supervisionar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.

Objetivos de Aprendizagem

- Desenvolver competências para aplicar conhecimentos teóricos em situações práticas da gestão pública, por meio da elaboração de um projeto integrador com foco em problemas reais do setor público.

Ementa

- Integração dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso por meio da realização de projetos práticos voltados à realidade da gestão pública. Introdução ao método científico, elaboração de problemas e hipóteses de pesquisa, definição de objetivos e justificativas. Aplicação de conceitos básicos de gestão pública, ética, cidadania, políticas públicas e funcionamento do Estado. Desenvolvimento de habilidades para trabalho em equipe, comunicação escrita e oral, e uso de ferramentas básicas para elaboração de projetos. Estímulo à articulação entre teoria e prática com foco em demandas sociais e administrativas locais.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- TACHIZAWA, Takeshy; RESENDE, Jaime. Introdução à Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MARION, José Carlos. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

- SEBRAE. Manual de elaboração de projetos. Brasília: Sebrae, 2014.
- RAUEN, Andréa Testa (org.). Projeto Integrador: teoria e prática do aprender fazendo. Curitiba: Ibpex, 2006.

5.1.5. – SIGLA – Empreendedorismo e inovação – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Negociar e gerenciar contratos, convênios e acordos de cooperação.
- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Demonstrar visão organizacional no âmbito público, além de características de liderança, decisão, versatilidade e comprometimento no trabalho em equipe.
- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender o papel do empreendedorismo e da inovação como instrumentos para a transformação e modernização da gestão pública, promovendo soluções criativas e eficientes para os desafios sociais.

Ementa

- Fundamentos do empreendedorismo e da inovação aplicados ao setor público. Tipos de empreendedorismo: individual, social, público e intraempreendedorismo. Cultura empreendedora e desenvolvimento de competências inovadoras. Ferramentas e metodologias para inovação em políticas e serviços públicos. Ecossistemas de inovação e parcerias público-privadas. Elaboração de projetos inovadores com foco em soluções para desafios da gestão pública. Governança, criatividade, pensamento estratégico e tomada de decisão empreendedora no setor público.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários,

exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- BARBIERI, Claudio; ALMEIDA, Humberto D. de. Inovação na Gestão Pública: estratégias e práticas. São Paulo: Atlas, 2019.
- TANAKA, Erika. Empreendedorismo público: inovação e mudança na administração pública brasileira. São Paulo: Fundação Dom Cabral, 2018.

Bibliografia Complementar

- CHRISTENSEN, Clayton M.; BAUMANN, Heiner; RUGGLES, Renee; SINGHAL, Thomas M. Inovação na Gestão Pública: resolvendo problemas sociais com criatividade. Harvard Business Review, 2016.
- SCHLEMMER, Eliane et al. Design Thinking e Inovação no Setor Público. Porto Alegre: Penso, 2021.

5.1.6. – SIGLA – Sistemas integrados de Gestão – Oferta presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Propor inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender o papel dos Sistemas Integrados de Gestão na modernização da administração pública, promovendo a eficiência, a transparência e a integração dos processos organizacionais.

Ementa

- Conceito e importância dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG) no contexto da administração pública. Fundamentos de Enterprise Resource Planning (ERP). Integração entre processos e áreas organizacionais. SIG na gestão de recursos humanos, materiais, financeiros e patrimoniais. Sistemas de informação para a transparência, controle e tomada de decisão. Legislação e normas aplicáveis. Estudo de sistemas governamentais como SIAFI, SICONV, SIGPlan, entre outros.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais. São Paulo: Pearson, 2021.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. Sistemas de Informações Contábeis: um enfoque na Controladoria. São Paulo: Atlas, 2019.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

- REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. São Paulo: Atlas, 2020.
- VALENTIM, Marta L. P. Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações. São Paulo: Thomson, 2010.

5.1.7. – SIGLA – Qualidade em Serviços Públicos – Oferta On-line – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão.
- Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.
- Objetivos de Aprendizagem

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os sistemas de gestão da qualidade com foco na aplicação aos serviços públicos.

Ementa

- Conceitos e aplicações da gestão da qualidade no contexto público. Análise de modelos de Qualidade Total, indicadores de desempenho, instrumentos de avaliação da qualidade nos serviços públicos, certificações e práticas de melhoria contínua, visando eficiência, transparência e satisfação do cidadão.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da qualidade na administração pública: histórico, PBQP, conceitos, indicadores, estratégia, implantação e auditoria. São Paulo: Atlas, 2015.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. São Paulo: Grupo GEN, 2008.
- Célio Luiz Banaszeski. Princípios de qualidade aplicados à gestão da segurança pública (1ª ed., InterSaberes, 2021). 978-6555178272 [Amazon Brasil](#)

Bibliografia Complementar

- Mirshawka, Victor. A Luta pela Qualidade na Administração Pública com Ênfase na Gestão Municipal (1ª ed., DVS Editora, 2014) ISBN-13: 978-8582890714 [Amazon Brasil](#)
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Guia de Gestão da Qualidade no Setor Público – Gespública. Brasília, 2009.

5.1.8. – SIGLA – Matemática e estatística – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Administrar materiais e inventários.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Planejar orçamentos e analisar viabilidade financeira no setor público.

Objetivos de Aprendizagem

- Capacitar o estudante a aplicar conceitos matemáticos e estatísticos na análise de dados e indicadores da gestão pública, utilizando ferramentas quantitativas para apoiar decisões, avaliar programas e contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços governamentais.

Ementa

- Revisão dos fundamentos da matemática aplicados à gestão pública. Operações com números reais, equações, sistemas lineares e funções. Porcentagem, razão, proporção e regras de três. Progressões e resolução de problemas contextualizados. Aplicações da matemática na elaboração, análise e interpretação de dados e informações voltadas à administração pública. Conceitos fundamentais da Estatística aplicada à Gestão Pública. Estatística descritiva e inferencial. Coleta, organização, apresentação e análise de dados. Medidas de tendência central e de dispersão. Distribuições de frequências e probabilidades. Amostragem e estimativas. Testes de hipóteses. Aplicações da estatística na gestão pública, incluindo o uso de dados para subsidiar decisões e políticas públicas.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- DANTZIG, George B.; THAPA, Mukund N. *Introdução à Matemática Aplicada*. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. *Estatística Básica*. São Paulo: Saraiva, 2021.
- GIAMBIAGI, Fabio. *Matemática Aplicada à Economia e à Gestão Pública*. São Paulo: Elsevier, 2019.

Bibliografia Complementar

- PAIVA, Manoel; DOLCE, Osvaldo. *Matemática: Volume Único*. São Paulo: Atual, 2020.
- BARBETTA, Pedro A. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC, 2014.

5.1.9. – SIGLA – Comunicação e Expressão – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Demonstrar proatividade na anteviés de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos, estratégias e ferramentas da comunicação organizacional, com foco em sua aplicação na administração pública, promovendo relações eficientes entre governo, servidores e sociedade. Capacitar o estudante para a elaboração e condução de pesquisas científicas e tecnológicas, com foco na resolução de problemas práticos e teóricos no campo da gestão pública.

Ementa

- Estudo dos processos de comunicação nas organizações, com ênfase no setor público. Tipos, fluxos e barreiras da comunicação organizacional. Comunicação interna e externa. Cultura organizacional e comunicação institucional. Comunicação pública, governamental e estratégica. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) aplicadas à gestão pública. Ética, transparência e accountability na comunicação governamental. Fundamentos da ciência e do conhecimento científico. Tipos e abordagens de pesquisa. Etapas do processo de investigação científica e tecnológica. Problemas, hipóteses, objetivos e justificativa. Métodos e técnicas de pesquisa. Levantamento de dados, análise e interpretação. Normas da ABNT. Estrutura e elaboração de trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa e relatórios técnico-científicos. Aplicação da pesquisa na solução de problemas organizacionais e no apoio à gestão pública.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- MATOS, Heloísa. Comunicação Organizacional: fundamentos, processos e práticas. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

- DUARTE, Jorge. Assessoria de Comunicação e Opinião Pública. São Paulo: Atlas, 2011.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2016.

5.1.10. – SIGLA – Espanhol – Oferta On-line – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Proporcionar ao estudante conhecimentos básicos da língua espanhola, com ênfase na comunicação em contextos administrativos e públicos, promovendo a integração linguística com países da América Latina.

Ementa

- Estudo da língua espanhola com foco em contextos administrativos, institucionais e públicos. Compreensão e produção oral e escrita em espanhol. Vocabulário técnico aplicado à gestão pública. Leitura e interpretação de textos administrativos, políticos e sociais. Estruturas gramaticais básicas e expressões idiomáticas. Desenvolvimento de habilidades linguísticas para a comunicação com países hispano-americanos no contexto da cooperação regional e integração latino-americana.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- GONZÁLEZ HERMOSO, Felipe. *Espanhol para Brasileiros: Leitura e Gramática*. São Paulo: Disal, 2020.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Curso de Español para Brasileños*. São Paulo: EPU, 2019.
- MARÍN, María Tereza. *Gramática Prática da Língua Espanhola*. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar

- CAMACHO, Mercedes; CAMACHO, Marta. *Espanhol para Profissionais de Negócios e Administração Pública*. São Paulo: Moderna, 2018.
- HERNÁNDEZ, Alfonso. *Manual Prático de Espanhol*. São Paulo: Ática, 2020.

5.2. Segundo Ano

2º Ano								
Nº	Sigla	Componente	Quantidade de aulas anuais					
			Presencial		On-line		Total	
			Sala	Lab.	Sala	Lab.		
1	SIGLA	Gestão Governamental, Social e Ambiental	80	-	-	-	80	60
2	SIGLA	Gestão de Projetos e Programas no Setor Público	80	-	-	-	80	60
3	SIGLA	Licitações, Convênios, Contratos e Técnicas de Negociação	80	-	-	-	80	-
4	SIGLA	Projeto Integrador em Gestão Pública II	-	-	-	80	80	-
5	SIGLA	Marketing Aplicado ao Setor Público	40	40	-	-	80	-
6	SIGLA	Logística e Patrimônio Público	80	-	-	-	80	-
7	SIGLA	Direito e Legislação Aplicado à Gestão Pública	160	-	-	-	160	-
8	SIGLA	Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública	80	80	-	-	160	
9	SIGLA	Matemática Financeira	40	40	-	-	80	
10	SIGLA	Inglês	-	-	-	80	80	-
Total de aulas do semestre.			640	160	-	160	960	120

■ Oferta Presencial

■ Oferta On-line

5.2.1 – SIGLA – Gestão Governamental, Social e Ambiental – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão.
- Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.

- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos e princípios da gestão governamental, social e ambiental no contexto público.

Ementa

- Estudo integrado dos aspectos governamentais, sociais e ambientais na gestão pública, enfocando políticas públicas, sustentabilidade, responsabilidade social e governança ambiental. Análise das práticas e instrumentos para a promoção do desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a transparência na administração pública, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação dos recursos naturais.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- DIAS, Genebaldo Freire. *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 2020.
- MARINI, M. Ângela. *Gestão Social e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2019.
- LIMA, Maria Cecília de Souza; CASTRO, Carlos Frederico. *Políticas Públicas e Gestão Governamental*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

Bibliografia Complementar

- BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial*. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

5.2.2. – SIGLA – Gestão de Projetos e Programas no Setor Público – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Implantar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Supervisionar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.

Objetivos de Aprendizagem

- Capacitar planejamento, execução, monitoramento, alinhamento estratégico e uso de PMO. Estimular o uso de boas práticas e a visão sistêmica em projetos governamentais.

Ementa

- Introdução aos fundamentos do gerenciamento de projetos e programas no contexto público, com ênfase nas fases do ciclo de vida: concepção, planejamento, execução, monitoramento e encerramento, além da gestão de portfólio público, alinhamento estratégico, Escritório de Projetos (PMO) e metodologias aplicadas à administração pública.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- Gestão de Programas e Projetos Públicos – Roberto Pimenta
Estrutura projetos e programas governamentais com base em diretrizes da FGV.
ISBN-13: 978-8522515363 [Amazon Brasil](#)
- Inovação em Gestão de Projetos na Administração Pública – Brasport. ISBN-13: 978-8574526317 [Amazon Brasil](#)
- Gerenciamento de Projetos na Administração Pública: desafios e perspectivas (e-book). Disponível como e-book na [Amazon Brasil](#)

Bibliografia Complementar

- Gestão Governamental e Gestão de Projetos – Samanta Denardin
Relação entre gestão governamental e os princípios de uma gestão de projetos eficiente.
ISBN-13: 978-6527039655 [Amazon Brasil](#)
- Planejamento público e gestão por resultados: experiência municipal aplicada – Hucitec (2016). ISBN disponível no site da [Amazon Brasil](#)

5.2.3. – SIGLA – Licitações, Convênios, Contratos e Técnicas de Negociação – Oferta Presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Negociar e gerenciar contratos, convênios e acordos de cooperação.
- Gerenciar pessoas, identificando necessidades funcionais, avaliando desempenhos e negociando treinamentos e reciclagens.
- Demonstrar visão organizacional no âmbito público, além de características de liderança, decisão, versatilidade e comprometimento no trabalho em equipe.

- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Capacitar o aluno para compreender e aplicar os princípios, normas e procedimentos que regem os processos de licitações, celebração de convênios e contratos na administração pública, bem como desenvolver habilidades em técnicas de negociação voltadas para o setor público. A disciplina visa promover a atuação ética, transparente e eficiente na gestão dos recursos públicos.

Ementa

- Estudo dos princípios, normas e procedimentos relacionados aos processos de licitações, convênios e contratos na administração pública. Análise das modalidades e fases das licitações públicas, da celebração e execução de convênios, bem como dos contratos administrativos. Desenvolvimento de técnicas de negociação aplicadas ao setor público, com foco em comunicação, argumentação, ética e resolução de conflitos, visando garantir eficiência, transparência e legalidade na gestão pública.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

Bibliografia Complementar

- GARCIA, Emerson. Licitação Pública e Contrato Administrativo: Teoria e Prática à Luz da Nova Lei 14.133/2021. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
- DIAS, Reinaldo. Administração Pública: Licitações, Contratos e Convênios. São Paulo: Atlas, 2021.

5.2.4. – SIGLA – Projeto Integrador em Gestão Pública II – Oferta On-line – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Implantar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.

- Supervisionar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.

Objetivos de Aprendizagem

- Promover a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas cursadas. Apresentar e defender projetos com foco em resultados e impactos sociais positivos.

Ementa

- Aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso, com foco na elaboração, desenvolvimento e apresentação de projetos voltados à resolução de problemas reais no contexto da gestão pública. Integração entre teoria e prática por meio da análise de políticas públicas, processos administrativos, instrumentos de planejamento e avaliação de resultados. Estímulo ao trabalho em equipe, à pesquisa aplicada e à inovação na administração pública.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- MIGUEL, Paulo A. C. *Metodologia de Projetos Aplicada à Administração*. São Paulo: Atlas, 2020.
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Administração de Projetos: Fundamentos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 2021.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Caderno de Boas Práticas em Gestão Pública*. Brasília: MPOG, 2017.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). *Gestão de Projetos no Setor Público*. Brasília: ENAP, 2022.
- SEBRAE. *Canvas Modelo de Negócios Aplicado ao Setor Público*. Brasília: SEBRAE, 2021.

5.2.5. – SIGLA – Marketing Aplicado ao Setor Público – Oferta presencial –

Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.
- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos e especificidades do marketing no contexto da gestão pública, avaliando a percepção e a satisfação dos cidadãos em relação aos serviços públicos.

Ementa

- Estudo dos princípios, estratégias e ferramentas do marketing aplicadas ao setor público, com foco na comunicação institucional, construção da imagem pública, atendimento ao cidadão e prestação de serviços com qualidade. Análise do marketing governamental como instrumento de aproximação com a sociedade, promoção da cidadania e fortalecimento da confiança nas instituições públicas.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- KOTLER, Philip; LEE, Nancy. *Marketing no Setor Público: Uma Visão Estratégica para Melhorar o Desempenho e Aumentar o Sucesso*. São Paulo: Campus, 2008.
- FARIA, Alex. *Marketing Público: Comunicação e Cidadania*. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRASIL. *Manual de Comunicação Pública*. Secretaria de Comunicação da Presidência da República, 2022.

Bibliografia Complementar

- SANTOS, Eugênio. *Marketing para o Setor Público: Uma Ferramenta Estratégica para a Gestão Moderna*. Brasília: ENAP, 2021.
- PIMENTEL, Letícia. *Comunicação Pública e Transparência*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

5.2.6. – SIGLA – Logística e Patrimônio Público – Oferta presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionem aos setores e segmentos dos processos de gestão.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Administrar materiais e inventários.

Objetivos de Aprendizagem

- Apresentar a compreensão das diferenças e especificidades da administração de materiais e patrimônio na esfera pública, enfatizando eficiência, economicidade e responsabilidade social.

Ementa

- Estudo dos princípios e práticas da logística no setor público e da gestão de patrimônio público. Inclui fluxo de materiais, armazenagem, controle patrimonial, classificação de bens, sistemas ERP no contexto público e estratégias para racionalização e transparência da gestão de bens e recursos.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- Gestão patrimonial e logística no setor público – Gustavo Barcellos Puggina (Cengage, 2020). ISBN-13: 978-6555580211
- A logística na administração pública: conceitos e métodos – Alisson Marcelo Laurindo e Alex Volnei Teixeira (Intersaberes, 2014). ISBN-13: 978-8544300251
- Administração de Materiais e Patrimônio: fundamentos e ferramentas – (Edelvino Razzolini Filho). Disponível online

Bibliografia Complementar

- Gestão Estratégica de Suprimentos no Setor Público – Rodolfo Modrigais Strauss Nunes (e-book)
- Logistica - Um Enfoque Pratico (Em Portugues do Brasil) – Fábio Calixto. SARAIVA. 978-8571440029

5.2.7. – SIGLA – Direito e Legislação Aplicado à Gestão Pública – Oferta Presencial – Total de 160 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Avaliar e emitir parecer técnico em gestão pública.
- Avaliar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos do Direito e da legislação brasileira aplicáveis à gestão pública, capacitando o estudante a interpretar e aplicar normas jurídicas na administração pública, de forma ética, transparente e eficiente.

Ementa

- Estudo dos fundamentos do Direito e suas ramificações aplicadas à Administração Pública. Análise da Constituição Federal com foco na Administração Pública.

Legislação aplicada à gestão pública: licitações, contratos, servidores públicos, improbidade administrativa, transparência e controle social. Princípios jurídicos da gestão pública. Responsabilidade dos agentes públicos. Direitos fundamentais e cidadania.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Responsabilidade do Gestor Público. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

Bibliografia Complementar

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 37. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. Transparência Pública e Lei de Acesso à Informação. São Paulo: Fórum, 2019.

5.2.8. – SIGLA – Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública – Oferta Presencial – Total de 160 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Administrar materiais e inventários.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Planejar orçamentos e analisar viabilidade financeira no setor público.

Objetivos de Aprendizagem

- Compreender os fundamentos e práticas da contabilidade tributária, da auditoria e da controladoria e da gestão orçamentária aplicadas ao setor público, capacitando o estudante a atuar com eficiência, ética e responsabilidade no controle e fiscalização da gestão pública.

Ementa

- Estudo dos tributos e suas implicações contábeis na esfera pública. Princípios e normas da contabilidade aplicada ao setor público. Estrutura, funções e instrumentos da auditoria governamental e da controladoria pública. Controle interno e externo.

Prestação de contas, fiscalização e responsabilidade fiscal. Análise de demonstrativos fiscais. Papel da controladoria na eficiência da gestão e na promoção da transparência e accountability. Estudo dos princípios, instrumentos e processos da gestão orçamentária no setor público. Abordagem sobre o ciclo orçamentário, planejamento governamental, elaboração, execução e controle do orçamento público. Análise da Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Interface entre orçamento, finanças públicas e políticas públicas, com foco na transparência, eficiência e responsabilidade fiscal.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- GIACOMONI, James. Contabilidade Pública. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- PEREIRA, Cláudio M. S. Controladoria no Setor Público: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Secretaria do Tesouro Nacional.
- MARTINS, Eliseu. Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2020.

1.1.1. 5.2.9. – SIGLA – Matemática Financeira – Oferta presencial – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Administrar materiais e inventários.
- Dimensionar riscos em instituições públicas, com valoração de perdas e elaboração de planos de prevenção e mitigação.
- Planejar orçamentos e analisar viabilidade financeira no setor público.

Objetivos de Aprendizagem

- Aplicar os princípios da matemática financeira à análise e tomada de decisões no contexto da gestão pública, contribuindo para a eficiência e racionalidade da aplicação dos recursos públicos.

Ementa

- Estudo dos fundamentos da matemática financeira aplicados à gestão pública. Juros simples e compostos. Descontos. Equivalência de capitais. Séries de pagamentos uniformes. Análise de financiamentos e investimentos. Aplicações em orçamentos públicos, gestão de contratos e avaliação de projetos governamentais. Utilização de calculadoras financeiras e planilhas eletrônicas.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2021.
- LIMA, Fabiano Guasti; GONÇALVES, Jussara C. *Matemática Financeira com HP 12C e Excel*. São Paulo: Saraiva, 2020.
- MACHADO, Dilson Dalpasquale. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

- GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo: Pearson, 2012.
- BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

5.2.10. – SIGLA – Inglês – Oferta On-line – Total de 80 aulas

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Demonstrar proatividade na antevisão de cenários. Motivar funcionários e gerenciar conflitos. Ter fluência verbal e escrita.

Objetivos de Aprendizagem

- Proporcionar ao estudante o domínio instrumental da língua inglesa, visando a compreensão e utilização de vocabulário e estruturas linguísticas relevantes à área da gestão pública em contextos técnicos e institucionais.

Ementa

- Estudo introdutório da língua inglesa com foco em contextos administrativos, organizacionais e públicos. Desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas (leitura, escrita, compreensão oral e fala) com ênfase na leitura e interpretação de textos técnico-administrativos. Vocabulário aplicado à gestão pública e às relações institucionais internacionais. Gramática básica e estruturas comunicativas essenciais. Elementos culturais dos países de língua inglesa e sua influência em documentos e práticas internacionais de gestão pública.

Metodologias Propostas

- Aulas expositivas, dialogadas, contemplando ou não atividades. Sala de aula invertida, rotação por estações, aprendizagem baseada em problemas, projetos, desafios, entre outras metodologias, ativas ou não, a critério do docente.

Instrumentos de Avaliação Propostos

- As avaliações poderão ser realizadas através de provas escritas compostas por questões pertinentes à disciplina, trabalhos individuais ou em grupos, seminários, exercícios para prática e/ou análise e resolução de problemas, ou outro instrumento que o docente da disciplina julgue pertinente.

Bibliografia Básica

- CAVALCANTI, Maria C. G. *Inglês Instrumental para Administração e Negócios*. São Paulo: Disal, 2019.
- HUTCHINSON, Tom; WATERS, Alan. *English for Specific Purposes*. Cambridge: CUP, 2017.
- LATHAM-KOENIG, Christina; OXENDEN, Clive. *English File – Elementary Student's Book*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

Bibliografia Complementar

- CAMBRIDGE UNIVERSITY. *Professional English in Use: Management*. Cambridge: CUP, 2021.
- GRAY, David. *English for Public Administration*. New York: Routledge, 2018.

6. OUTROS COMPONENTES CURRICULARES

6.1. Trabalho de Graduação

Previsão deste componente no CST em Gestão Pública

Sigla	Total de horas	Obrigatoriedade
XXXX	160 horas	Obrigatório a partir do 2º ano

Competências desenvolvidas neste componente

(profissionais e socioemocionais)

- Diagnosticar cenários político, econômico, social e legal, na gestão pública.
- Planejar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Implantar projetos e programas de políticas públicas institucionais, voltadas ao desenvolvimento local e regional.
- Propor inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública.
- Demonstrar visão organizacional no âmbito público, além de características de liderança, decisão, versatilidade e comprometimento no trabalho em equipe.

Objetivos de Aprendizagem

- Identificar e aplicar os tipos de pesquisa e métodos científicos de acordo com a proposta do curso. Realizar pesquisa científica e tecnológica, de acordo com normas aplicáveis. Realizar a entrega do produto de sua pesquisa.

Ementa

- Articulação entre teoria e prática com o desenvolvimento de atividade de estudo, pesquisa, envolvendo conhecimentos e atividades da área do curso, devidamente orientados pelo docente.

Bibliografia Básica

- DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JR, José Antonio Valle. Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia, Porto Alegre, Bookman, 2015. ISBN 9788582602980.
- GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 13 : 978- 6559771639
- VERGARA. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 9788597006759.

Bibliografia Complementar

- FERREIRA, M. P. Pesquisa em Administração e Ciências Sociais. São Paulo: LTC, 2015. ISBN 9788521628255.
- YIN, R. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 5ª ed. Rio Grande do SUL: Bookman, 2014. ISBN-13 : 978-8582602317

7. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS

O Quadro de equivalências é utilizado somente quando o curso passa por restruturação e quando se verifica a necessidade de apontar a equivalência entre componentes curriculares.

No CST em Gestão Pública, não há previsão de equivalências de carga horária entre matrizes curriculares.

8. PERFIS DE QUALIFICAÇÃO

8.1. Corpo Docente

Para o exercício do magistério nos cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação, a resolução CNE de nº1 (BRASIL, 2021) prevê que o docente deve possuir a formação acadêmica exigida para o nível superior, nos termos do art. 66 da Lei de nº 9394 (BRASIL, 1996).

A qualificação do corpo docente do CST em Ciência de dados e Inteligência em Saúde, atende o disposto no art. 1º, incisos I, II, e 1º da Deliberação CEE de nº 145, prevendo professores portadores de diploma de pós-graduação stricto sensu, obtidos em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei, e portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar. Além do perfil de qualificação supracitados, para os professores de disciplinas profissionalizante exige-se experiência profissional relevante na área que se irá lecionar. (SÃO PAULO, 2016).

8.2. Auxiliar Docente e Técnicos-Administrativos

A qualificação dos auxiliares docente atente ao disposto previsto na Lei Complementar de nº 1044 (SÃO PAULO, 2008), conforme previsto no artigo 12, inciso III, em que o auxiliar docente necessita ser portador de diploma de formação em Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com habilitação específica na área de atuação.

O corpo técnico-administrativos inerentes ao CST em Ciência de Dados e Inteligência em Saúde é composto por Diretor de Unidade de Ensino, Coordenador de Curso, Diretor de Serviço Acadêmico, Diretor de Serviço Administrativo, Auxiliar Administrativo e Bibliotecário.

8.3. Relação dos componentes com respectivas áreas

Para descrição da relação entre componentes curriculares e área, foi consultada a Tabela de Áreas, Versão 2.66.0, publicada em 22/08/2025.

Componente		Status	Áreas existentes
1º Ano			
1	Ética e Gestão de Pessoas no Setor Público	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS ▪ DIREITO ▪ FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ÉTICA ▪ PSICOLOGIA
2	Administração e Planejamento na Gestão Pública	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SANEAMENTO ▪ TURISMO E LAZER
3	Teorias de Políticas Públicas	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CUIDADOS E SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E SOCIAIS ▪ DIREITO ▪ FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ÉTICA
4	Projeto Integrador em Gestão Pública I	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Somente docentes que ministrem disciplinas profissionais, conforme discriminadas no PPC vigente do respectivo curso.
5	Empreendedorismo e Inovação	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO
6	Sistemas Integrados de Gestão	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
7	Qualidade em Serviços Públicos	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO
8	Matemática e Estatística	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
9	Comunicação e Expressão	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ JORNALISMO E REPORTAGEM ▪ LETRAS E LINGUÍSTICA
10	Espanhol	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ LETRAS E LINGUÍSTICA
Componente		Status	Áreas existentes
2º Ano			
1	Gestão Governamental, Social e Ambiental	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SANEAMENTO ▪ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS ▪ CIÊNCIAS DA TERRA ▪ CONSTRUÇÃO CIVIL

2	Gestão de Projetos e Programas no Setor Público	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO ▪ ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO ▪ ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO
3	Licitações, Convênios, Contratos e Técnicas de Negociação	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ DIREITO
4	Projeto Integrador em Gestão Pública II	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Somente docentes que ministrem disciplinas profissionais, conforme discriminadas no PPC vigente do respectivo curso.
5	Marketing Aplicado ao Setor Público	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ JORNALISMO E REPORTAGEM ▪ MARKETING E PUBLICIDADE
6	Logística e Patrimônio Público	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ TRANSPORTES E SERVIÇOS ▪ TURISMO E LAZER
7	Direito e Legislação Aplicado à Gestão Pública	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DIREITO
8	Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CONTABILIDADE E FINANÇAS
9	Matemática Financeira	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS ▪ CONTABILIDADE E FINANÇAS ▪ MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
10	Inglês	Novo componente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ LETRAS E LINGUÍSTICA

9. INFRAESTRUTURA PEDAGÓGICA

9.1. Resumo da infraestrutura disponível

O quadro a seguir resume a infraestrutura disponível para utilização do CST em Gestão Pública. O detalhamento, assim como a relação com os componentes curriculares estão adiante.

Qntd.	Laboratórios ou Ambientes	Localização	Especificações (capacidade etc.)
01	Laboratório de Informática Básica	Na unidade	20 computadores
01	Laboratório de Metrologia	Na unidade	Atendendo a cursos com esse foco.
06	Salas de aula	Na unidade	Destinados ao ensino presencial
01	Biblioteca	Na unidade	Apoio às atividades acadêmicas
01	Centro Acadêmico	Na unidade	Salas administrativas e de coordenação (direção, coordenação acadêmica, administrativa)
01	Área de convivência	Na unidade	Favorecendo o diálogo e integração entre pares.

9.2. Laboratórios ou ambientes de aprendizagem associados ao desenvolvimento dos componentes curriculares

Tipo do laboratório ou ambiente	Localização
Detalhamento da infraestrutura disponível para utilização do CST em Gestão Pública, assim como a relação com os componentes curriculares estão adiante.	Na unidade
Componente	Semestre
<ul style="list-style-type: none"> • Administração e Planejamento na Gestão Pública • Projeto Integrador em Gestão Pública I • Sistemas Integrados de Gestão • Matemática e Estatística 	1º Ano
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Projetos e Programas no Setor Público • Logística e Patrimônio Público • Contabilidade Tributária, Auditoria e Controladoria na Gestão Orçamentária Pública • Matemática Financeira 	2º Ano

9.3. Apoio ao Discente

Conforme previsto em legislação, e com o objetivo de proporcionar aos discentes melhores condições de aprendizagem, a Fatec Perdizes oferece programas de apoio discente, tais como: recepção de calouros, atividades de nivelamento, programas de monitoria, bolsas de intercâmbio, participação em centros acadêmicos, representação em órgãos colegiados e ouvidoria.

10. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 4281, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei nº 9795, de 215 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm Acesso em: 23 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 5626, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 11 maio 2022.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 02 mar. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9795, de 215/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 02 mar. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10436, de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em: 11 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192 Acesso em: 02 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 05/01/2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 02 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso em: 02 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Classificação Brasileira de Ocupações. 2017. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br> Acesso em: 02 mar. 2022.
- CEETEPS. Deliberação nº 12, de 14/12/2009. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Disponível em: https://cesu.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/regulamento_geral_fatecs.pdf Acesso em: 02 mar. 2022.
- CEETEPS. Deliberação nº 31, de 215/09/2016. Aprova o Regimento das Faculdades de Tecnologia - Fatecs - do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Disponível em: https://cesu.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/regimento_fatecs.pdf Acesso em: 02 mar. 2022.
- CEETEPS. Deliberação nº 70, de 16/04/2021. Estabelece as diretrizes para os cursos de graduação das FATECs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2021%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f16%2fpag_0060_3132249dd1158dacd542517123687d84.pdf&pagina=60&data=16/04/2021&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100060 Acesso em: 02 mar. 2022.

- SÃO PAULO. Deliberação CEE nº 106, de 16/03/2011. Dispõe sobre prerrogativas de autonomia universitária ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2011/25-2011-DEL-106-2011-e-IND-109-2011.pdf> Acesso em: 02 mar. 2022.
- SÃO PAULO. Deliberação CEE nº145, de 215/07/2016. Fixa normas para a admissão de docentes para o exercício da docência em cursos de estabelecimentos de ensino superior, vinculados ao sistema estadual de ensino de São Paulo, e os percentuais de docentes para os processos de credenciamento, recredenciamento, autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2016/286-05-Del-145-16-Ind-150-16.pdf> Acesso em: 02 mar. 2022.
- SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1044, de 13/05/2008. Institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/alteracao-lei.complementar-1044-13.05.2008.html> Acesso em: 08 mar. 2022.

11. REFERÊNCIAS DAS ESPECIFICIDADES LOCAIS

- CPS – Centro Paula Souza. Governador Tarcísio de Freitas inaugura Fatec Itapevi. São Paulo, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/governador-tarcisio-de-freitas-inaugura-fatec-itapevi/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- CPS – Centro Paula Souza. Fatec Itapevi. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/fatecs/fatec-itapevi/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- PREFEITURA DE ITAPEVI. Fatec já é realidade em Itapevi. Notícias, 29 ago. 2024. Disponível em: <https://noticias.itapevi.sp.gov.br/fatec-ja-e-realidade-em-itapevi/>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI. Itapevi inaugura Fatec em parceria com o Governo de SP. Notícias institucionais, 2024. Disponível em: <https://www.itapevi.sp.leg.br/noticia/fatec-itapevi>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- JORNAL METRÓPOLE. Inauguração da Fatec Itapevi atrai comunidade acadêmica e autoridades. Itapevi, 2024. Disponível em: <https://jornalmetropole.com.br/fatec-itapevi/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

12. ANEXOS

Detalhamento dos programas ou projetos das atividades de extensão:

Título	Gestão Participativa e Melhoria dos Serviços Públicos Locais
Temática	Fortalecimento da cidadania, transparência e eficiência da administração pública por meio da aproximação entre poder público e comunidade.
Descrição	O projeto integrador propõe a realização de diagnósticos participativos sobre demandas da comunidade local, com ênfase em serviços públicos essenciais (saúde, educação, mobilidade, meio ambiente). A iniciativa busca aproximar estudantes, gestores públicos e comunidade, promovendo a troca de experiências, o levantamento de problemas prioritários e a proposição de soluções viáveis e sustentáveis. Sua importância está na valorização da participação social, no incentivo à cidadania ativa e no fomento à melhoria contínua da gestão pública.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e analisar demandas da comunidade em serviços públicos locais. Promover a interação entre alunos e comunidade, estimulando a escuta ativa e a construção coletiva de soluções. Elaborar propostas de melhoria na prestação de serviços públicos com foco na transparência, eficiência e qualidade. Desenvolver nos alunos competências práticas em diagnóstico, planejamento e comunicação com atores sociais.
Carga horária	50 horas de extensão.
Público-alvo	Comunidade externa do município (moradores, associações de bairro, representantes de conselhos locais e usuários de serviços públicos).
Ações/Etapas de execução	<ol style="list-style-type: none"> Planejamento interno: definição do escopo do projeto e divisão de tarefas entre os alunos. Contato com a comunidade: reuniões iniciais com lideranças locais e instituições. Levantamento de dados: aplicação de questionários, entrevistas e observação de campo. Análise das informações: sistematização dos dados coletados. Proposição de soluções: elaboração de propostas de melhoria para os serviços públicos diagnosticados. Socialização dos resultados: apresentação das propostas à comunidade e às autoridades locais.
Entregas	<ul style="list-style-type: none"> Relatório diagnóstico sobre a situação local estudada. Propostas de melhoria para serviços públicos. Apresentação pública dos resultados.
Instrumentos e procedimentos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Aluno: será avaliada a eficácia na realização das atividades propostas, participação nas etapas e cumprimento dos prazos. Programa ou projeto: será avaliado pelos resultados obtidos junto à comunidade, considerando o critério “cumpriu” ou “não cumpriu” em relação às entregas previstas.

Componente(s) curricular(es) envolvidos	Projeto Integrador em Gestão Pública I.
Formas de evidência	<ul style="list-style-type: none"> • Diário de bordo das atividades realizadas. • Relatórios parciais e finais. • Registro fotográfico e/ou audiovisual das ações comunitárias. • Lista de presença da comunidade nas reuniões e apresentações.

Título	Empreendedorismo Social e Inovação em Políticas Públicas Locais
Temática	Promoção do empreendedorismo social, estímulo à inovação cidadã e desenvolvimento sustentável no setor público.
Descrição	O projeto visa incentivar práticas de empreendedorismo e inovação aplicadas à gestão pública e à comunidade local. As ações envolverão oficinas de empreendedorismo social, desenvolvimento de ideias inovadoras para resolução de problemas comunitários, orientação sobre criação de negócios sociais e uso de metodologias criativas (Design Thinking, Canvas). Sua importância está em fortalecer a cultura empreendedora e inovadora, estimulando soluções de impacto social que melhorem a qualidade de vida da comunidade.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar a comunidade para a importância do empreendedorismo como agente de transformação social. • Capacitar cidadãos na utilização de ferramentas de inovação voltadas para políticas públicas e negócios sociais. • Estimular o desenvolvimento de projetos inovadores aplicados a problemas locais. • Promover o protagonismo social e a geração de soluções sustentáveis para a comunidade.
Carga horária	50 horas de extensão.
Público-alvo	Comunidade externa: empreendedores locais, associações comunitárias, jovens interessados em inovação e cidadãos engajados em iniciativas sociais.
Ações/Etapas de execução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento inicial: definição dos problemas sociais a serem trabalhados. 2. Oficinas de capacitação: sobre empreendedorismo social, inovação e uso de ferramentas de gestão. 3. Ideação de soluções: aplicação de metodologias criativas (Design Thinking, Canvas) para desenvolver propostas. 4. Mentorias e acompanhamento: apoio técnico dos alunos e professores na formatação de projetos comunitários. 5. Apresentação dos resultados: socialização das propostas à comunidade e órgãos locais.
Entregas	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório com diagnóstico e propostas inovadoras para a comunidade. • Projetos ou planos de ação de caráter empreendedor e social. • Evento de apresentação das soluções desenvolvidas.
Instrumentos e procedimentos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno: eficácia de realização das atividades, participação nas etapas e cumprimento de prazos. • Programa ou projeto: resultados obtidos junto à

	comunidade, avaliados pelo critério “cumpriu” ou “não cumpriu” em relação às entregas previstas.
Componente(s) curricular(es) envolvidos	Empreendedorismo e Inovação.
Formas de evidência	<ul style="list-style-type: none"> • Diário de bordo das atividades realizadas. • Relatórios parciais e finais. • Registro fotográfico e/ou audiovisual das oficinas e apresentações. • Lista de presença dos participantes da comunidade.

Título	Governança e Sustentabilidade para o Desenvolvimento Local em Itapevi
Temática	Fortalecimento da governança pública, da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental no município de Itapevi, promovendo práticas de gestão participativa e integradora.
Descrição	O projeto propõe a realização de ações voltadas à conscientização e ao fortalecimento das práticas de gestão governamental, social e ambiental no município de Itapevi. Serão desenvolvidas atividades de diagnóstico de políticas públicas locais, oficinas comunitárias sobre sustentabilidade, palestras temáticas e campanhas de conscientização ambiental e social. O programa busca aproximar a comunidade da gestão pública, estimular a cidadania ativa e contribuir para soluções inovadoras e sustentáveis que melhorem a qualidade de vida no município.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar desafios locais relacionados à governança, inclusão social e preservação ambiental em Itapevi. • Promover a participação cidadã na formulação e monitoramento de ações públicas. • Incentivar práticas de sustentabilidade, com foco em resíduos sólidos, uso racional de recursos e preservação ambiental. • Estimular o diálogo entre comunidade, poder público e instituições para construção de soluções coletivas.
Carga horária	50 horas de extensão.
Público-alvo	Comunidade externa de Itapevi: moradores, associações comunitárias, organizações não governamentais, escolas e entidades sociais locais.
Ações/Etapas de execução	<ol style="list-style-type: none"> Planejamento e sensibilização: definição das prioridades locais em reuniões com lideranças comunitárias e órgãos públicos. Diagnóstico situacional: levantamento de dados sobre práticas de gestão social e ambiental no município. Oficinas e palestras comunitárias: sobre governança participativa, cidadania ativa e sustentabilidade ambiental. Campanhas de conscientização: produção e divulgação de materiais educativos. Proposição de melhorias: elaboração de plano de ação com recomendações e boas práticas de gestão social e ambiental. Socialização dos resultados: apresentação das propostas para a comunidade e autoridades locais.

Entregas	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório diagnóstico sobre a realidade social e ambiental de Itapevi. • Plano de ação com propostas de melhoria e práticas sustentáveis. • Oficinas, palestras e campanhas realizadas junto à comunidade.
Instrumentos e procedimentos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno: será avaliada a eficácia de sua participação, compromisso e cumprimento das etapas do projeto. • Programa ou projeto: será avaliado pelos resultados alcançados na comunidade, utilizando o critério “cumpriu” ou “não cumpriu” em relação às entregas previstas.
Componente(s) curricular(es) envolvidos	Gestão Governamental, Social e Ambiental.
Formas de evidência	<ul style="list-style-type: none"> • Diário de bordo das atividades realizadas. • Relatórios parciais e finais. • Registro fotográfico e/ou audiovisual das ações comunitárias. • Lista de presença dos participantes da comunidade.

Título	Gestão de Projetos e Programas Públicos para o Desenvolvimento Comunitário em Itapevi
Temática	Planejamento, execução e monitoramento de projetos e programas públicos voltados à melhoria da qualidade de vida da comunidade local.
Descrição	O projeto de extensão tem como objetivo apoiar a comunidade de Itapevi na compreensão e participação em iniciativas de planejamento e gestão de projetos públicos. Serão realizadas oficinas de capacitação, atividades de diagnóstico, elaboração de propostas e ações participativas que envolvam moradores, lideranças comunitárias e instituições locais. A importância está em aproximar a população das práticas de gestão pública, estimular a participação cidadã e fomentar o desenvolvimento social por meio de projetos e programas eficientes e sustentáveis.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar a comunidade para compreender etapas do ciclo de projetos e programas públicos. • Estimular a participação cidadã no planejamento e monitoramento de políticas públicas. • Desenvolver, junto à comunidade, propostas de projetos voltados a demandas locais prioritárias. • Contribuir para maior transparência, eficiência e impacto social das ações do poder público em Itapevi.
Carga horária	50 horas de extensão.
Público-alvo	Comunidade externa de Itapevi: moradores, associações de bairro, ONGs, conselhos municipais, lideranças comunitárias e cidadãos interessados em gestão pública.
Ações/Etapas de execução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejamento inicial: levantamento das demandas prioritárias da comunidade em parceria com lideranças locais. 2. Capacitação comunitária: oficinas sobre gestão de projetos, programas e políticas públicas.

	<p>3. Diagnóstico participativo: coleta de informações sobre problemas locais e identificação de oportunidades.</p> <p>4. Elaboração de propostas: construção coletiva de planos de ação ou miniprojetos voltados às necessidades da comunidade.</p> <p>5. Apresentação pública: socialização das propostas à comunidade e representantes do poder público.</p>
Entregas	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório diagnóstico com demandas e prioridades da comunidade. • Propostas de projetos ou programas para atender as necessidades identificadas. • Evento de apresentação dos resultados à comunidade e às autoridades locais.
Instrumentos e procedimentos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno: avaliação da eficácia de sua participação, comprometimento e qualidade das entregas. • Programa ou projeto: avaliação dos resultados obtidos junto à comunidade, com base no critério “cumpriu” ou “não cumpriu” em relação às entregas previstas.
Componente(s) curricular(es) envolvidos	Gestão de Projetos e Programas no Setor Público.
Formas de evidência	<ul style="list-style-type: none"> • Diário de bordo das atividades desenvolvidas. • Relatórios parciais e finais. • Registro fotográfico e audiovisual das ações. • Lista de presença da comunidade nos encontros e oficinas.